



NEWSLETTER

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Newsletter N° 5 Setembro e Outubro

INFORMAÇÕES NACIONAIS



Para a UGT é essencial que as medidas e apoios excepcionais sejam mantidos e reorientados para os trabalhadores, cidadãos e empresas que continuam a sofrer os impactos da pandemia e que ainda não beneficiam da retoma da economia. Mas, apesar de uma ainda elevada incerteza decorrente da imprevisibilidade quanto à evolução e controlo da pandemia, são de realçar dois factos marcantes para o actual contexto económico e social. O primeiro, de que as previsões económicas e sociais para o final de 2021 e para os anos seguintes são claramente mais optimistas que há uns meses atrás.

Neste sentido, a UGT elege para 2021-2022, na sua Política Reivindicativa, três grandes prioridades:

- MELHORES SALÁRIOS. MELHORES RENDIMENTOS. MENOS DESIGUALDADES;
- DINAMIZAR A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA. RENOVAR CONTEÚDOS;
- DIGNIFICAR O TRABALHO. DIGNIFICAR A CONCERTAÇÃO SOCIAL;

SECRETARIADO NACIONAL DA UGT DE OUTUBRO

O Secretariado Nacional da UGT, no dia em que assinala o 43º aniversário da central, aprovou, por unanimidade e aclamação, uma resolução que abordou os seguintes temas:

- O.E. 2022 | UM ORÇAMENTO QUE DEVERIA IR AO ENCONTRO DAS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES DOS TRABALHADORES E FAMÍLIAS
- NEGOCIAÇÃO COLECTIVA | É PRECISO PASSAR DAS PALAVRAS AOS ATOS
- SOBRE-QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
- UGT APOIA A LUTA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- O SETOR BANCÁRIO CONTINUA EM REBULIÇÃO...



WEBINÁRIO DA FNE NO DIA MUNDIAL DO PROFESSOR



Alterações ao Código do Trabalho | Governo acolhe propostas da UGT

Foi aprovado em outubro, em reunião de Conselho de Ministros, a proposta de Lei que procede à alteração de legislação laboral no âmbito da “Agenda do Trabalho Digno e Valorização dos Jovens no Mercado de Trabalho”.

Este documento, que foi bastante discutido em sede de Concertação Social não culminou, como seria desejável, num acordo entre os Parceiros Sociais e o Governo, muito por uma manifesta incapacidade ou ausência de vontade do lado patronal.

A UGT, no entanto, congratula-se que, apesar de não ter sido possível um acordo, o Governo tenha, ainda assim, reconhecido o mérito de muitas das propostas da UGT e as tenha adotado na resolução do Conselho de Ministros, nomeadamente alargar o princípio do tratamento mais favorável às situações de teletrabalho e trabalho através de plataformas digitais e a presunção da existência de contrato de trabalho relativamente aos trabalhadores das plataformas digitais e o controlo social dos algoritmos.

O documento ficaria certamente mais completo, justo e equitativo se outras tivessem sido consideradas.

No dia 5 de outubro de 2021, entre as 17 e as 18h00, a Federação Nacional da Educação (FNE) organizou, no âmbito das comemorações do **Dia Mundial do Professor de 2021**, o **webinário "Sindicatos pela atratividade da profissão docente"**, que contou com **líderes dos sindicatos de docentes pertencentes à FNE como oradores e com João Dias da Silva, Secretário-Geral da FNE, na moderação.**

Tornar a carreira docente atrativa, em todas as suas etapas, é um dos grandes desígnios da FNE, tanto nos seus documentos políticos, como na sua ação sindical. Seja no princípio, no meio ou no fim da carreira, todos os educadores, professores, formadores e investigadores merecem um percurso profissional capaz de dar resposta, em cada momento, aos seus desafios, às suas necessidades e às condições dignas de desenvolvimento educativo.



Edição de Setembro da Revista mensal da FNE

Esta edição foca temas como os desafios do novo ano escolar, a assinatura do Acordo de Revisão dos salários dos trabalhadores não docentes ou ainda uma entrevista a Filinto Lima, que considera que o sistema educativo trata muito mal os professores contratados.

Aceda à publicação aqui:
fne.pt/uploads/noticias/edicao_1632825224_3704.pdf



Edição de Outubro da Revista mensal da FNE

A edição de outubro debruça-se sobre temas como o orçamento de estado, o pré-aviso de greve para 5 de novembro, o cartaz da Edusummit 2021, a publicação do CCT entre a FNE e a CNEF e ainda o dia mundial do professor.

Aceda à publicação aqui:
fne.pt/uploads/noticias/edicao_1635516839_2863.pdf

DGS – REFERENCIAL PARA AS ESCOLAS – CONTROLO DA TRANSMISSÃO DE COVID-19 EM CONTEXTO ESCOLAR



O novo referencial tem em conta a evolução da vacinação em Portugal, mas mantém grande parte das precauções adotadas durante a pandemia, tal como previsto no primeiro referencial para as escolas, divulgado no início de setembro.

Uma das grandes novidades é mesmo o fim da obrigatoriedade das máscaras em recreio para os alunos. No entanto, quando há maiores aglomerados, a máscara “pode ser utilizada”, mesmo no recreio ao ar livre. Para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico, a utilização de máscara continua a ser recomendada, “uma vez que estas crianças não se encontram vacinadas”.

Para qualquer aluno com idade superior a 10 anos ou alunos a partir do 2.º ciclo, a máscara continua a ser obrigatória “para o acesso ou permanência no interior dos estabelecimentos de ensino”.

“Casos prováveis” e “possíveis”

A atualização ao referencial prevê alterações à terminologia até aqui usada para descrever “casos suspeitos”, que passam a ser identificados como “caso provável” ou “caso possível”.

O caso provável é o de um paciente “que preenche os critérios clínicos e epidemiológicos ou critérios clínicos e imagiológicos para definição de caso provável de Covid-19”.

Já o caso “possível” é considerado o paciente que apresente um “quadro respiratório agudo com tosse” ou “febre”, entre outros sintomas relacionados com dificuldade respiratória.

Também a denominação de surtos mudou. Passa a partir de agora a designar-se por “cluster” um “conjunto de casos, grupos ou eventos que parecem estar relacionados pela sua forma de distribuição”, no espaço e/ou no tempo.

O surto será considerado a “ocorrência de um número de casos de uma doença, superior ao que seria expectável, numa determinada população”.

“Concretamente, dois ou mais casos confirmados de infeção por SARS-CoV-2/ Covid-19 associados a um contexto não residencial específico, cujas datas de início de sintomas (ou datas de colheita do teste, se assintomáticos) ocorreram num período de 14 dias, existindo evidência de exposição entre os casos no período de infecciosidade de um dos casos”, pode ler-se no documento.

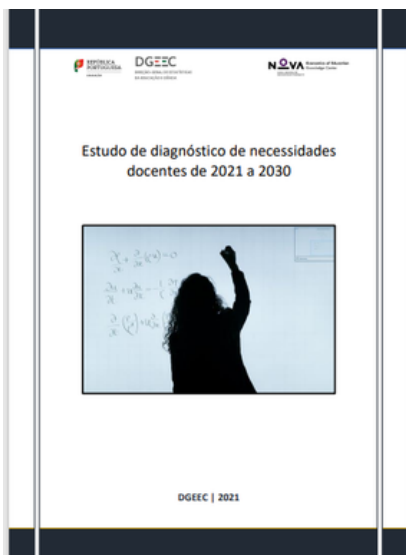
No caso de uma pessoa com histórico de infeção há menos de 180 dias, não há necessidade de testes laboratoriais, isolamento profilático ou vigilância ativa, mas estão sujeitos a “vigilância passiva” durante 14 dias, a contar da data da última exposição.

O referencial prevê a testagem da comunidade escolar que inclui “o pessoal docente e não docente e os alunos do 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário”, independentemente de estarem ou não vacinados.

A primeira fase, que já decorreu no início de setembro, e envolveu o pessoal docente e não docente. A segunda fase envolve os alunos do ensino secundário. Iniciou-se a 20 de setembro e termina esta sexta-feira, 1 de outubro.

Seguiu-se a testagem de alunos do 3.º ciclo, entre 4 e 15 de outubro.

De igual forma, não há alteração do período de confinamento no caso de contactos considerados de alto risco: “A realização de teste com resultado negativo não invalida a necessidade do cumprimento do período de isolamento profilático e vigilância ativa desde a data da última exposição de alto risco”.



Entre outras conclusões, o estudo prevê que em 2030/31 o número total de alunos no sistema de ensino português seja de 960.919 alunos, uma queda de 15% em relação aos 1.131.733 observados em 2018/19;

- Os níveis de ensino que apresentam maiores necessidades de recrutamento até 2030/31 são o pré-escolar, com uma necessidade de 54%, seguido do 2º ciclo com 30%;

-O número anual de diplomados de mestrados em formação de docentes é claramente insuficiente para satisfazer as necessidades de recrutamento cumulativas de novos docentes previstas até 2030/31, para a grande maioria dos grupos de recrutamento.

Consulte o Estudo aqui: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/506/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1305&fileName=DGEEC_Estudo_Diagnostico_de_Necessidade.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/506/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1305&fileName=DGEEC_Estudo_Diagnostico_de_Necessidade.pdf)



Este relatório da OCDE apresenta alguns dos principais resultados do Inquérito às Competências Sociais e Emocionais dos alunos de 10 e 15 anos. Nesta publicação focam-se os dados de Sintra, o município português que participou no estudo, através de uma parceria entre a Câmara Municipal de Sintra, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Ministério da Educação (DGEEC).

A investigação demonstra que não só as competências cognitivas, mas também as sociais e emocionais melhoram os resultados na vida, tanto a nível social como individual. Existe informação extensa sobre o desenvolvimento de competências cognitivas, mas menos sobre as competências sociais e emocionais. O Inquérito da OCDE sobre Competências Sociais e Emocionais (SSES) foi criado para colmatar esta importante lacuna na informação.

Consulte o Estudo aqui: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/511/%7B\\$clientServletPath%7D/newsId=1311&fileName=APublicar_AdaptacaoPRT_SSES_SintraReport.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/511/%7B$clientServletPath%7D/newsId=1311&fileName=APublicar_AdaptacaoPRT_SSES_SintraReport.pdf)



Este estudo do CNE analisa eventuais desigualdades na educação agravadas ou geradas pela crise pandémica da COVID-19. Em termos da educação básica e do ensino secundário, procurou-se identificar desigualdades mais evidentes relacionadas com os contextos familiar, individual, da organização escolar e do ensino, bem como desigualdades nas aprendizagens e nos percursos escolares. E ainda identificar medidas postas em prática para as atenuar (Parte I).

Quanto ao ensino superior (ESup), procurou-se analisar os impactos da pandemia, designadamente nos processos de ensino-aprendizagem e nas condições socioeconómicas e de bem-estar dos estudantes. Através de diferentes instrumentos, aferiu-se em que medida os impactos da pandemia afetaram de modo particular alguns grupos de estudantes e se aquela contribuiu para agravar as desigualdades existentes entre si.

Consulte o Estudo aqui: www.cnedu.pt/content/noticias/estudos/Estudo_AssembleiaRepublica_Efeitos_da_pandemia_COVID-19.pdf

Conheça os documentos produzidos pelo consórcio REFERNET Portugal, do qual a UGT faz parte. Para mais informações sobre este consórcio, consulte a página www.refernet.pt



Jornadas Pedagógicas 2021 da ANESPO

À semelhança de edições anteriores, a Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), promove as Jornadas Pedagógicas. A edição deste ano em formato presencial irá realizar-se na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no próximo dia 12 de novembro.

As Jornadas Pedagógicas 2021 destacam um percurso com mais de 30 anos da ANESPO, ligado às escolas profissionais. Será um momento de reflexão sobre o modelo pedagógico atual das escolas, as condicionantes provocadas pela COVID-19, assim como a Gestão/Garantia da Qualidade alinhada com o EQAVET, entre outros assuntos de relevo. Este evento conta com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa, e da Vogal do Conselho Diretivo da ANQEP, Alexandra Figueiredo. A inscrição no evento está limitada à capacidade da sala e tem um custo associado. Pode consultar o programa e mais informações em: www.anespo.pt

5.ª Conferência Anual do PNL2027

O Plano Nacional de Leitura (PNL) é uma iniciativa de política pública lançada em 2006, com o objetivo de valorizar a leitura, o livro e o prazer de ler, aprofundando a literacia e alargando as práticas de leitura de toda a sociedade portuguesa. A 5.ª Conferência anual do PNL2027 vai realizar-se no dia 27 de outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, subordinada ao tema “Presente – Futuro: A Política Pública da Leitura”, que contará com a presença de diversas personalidades que, no âmbito da sociedade civil, têm realizado trabalho e/ou investigação relacionados com este domínio. A leitura e a escrita são uma literacia fundamental para a informação e comunicação, a aquisição de conhecimento, a inclusão e a cidadania, quaisquer que sejam os seus contextos, formatos e suportes. As novas formas de ensino e aprendizagem, em que o analógico e o digital têm de se complementar, o aumento das desigualdades e o risco de regressão escolar, acelerados pelo confinamento, são alguns dos temas a refletir.

Projeto FutureLabAE | Educação para adultos orientada para a mudança

O projeto FutureLabAE aborda duas questões principais: a situação da democracia na Europa; e o número elevado de pessoas na Europa que carecem de competências básicas, especialmente as competências digitais, deixando partes da população incapazes de beneficiar da transformação digital. A educação de adultos tem um papel a desempenhar no apoio às sociedades e aos indivíduos para lidarem com estas duas questões. O consórcio do projeto FutureLabAE é coordenado pelo Instituto Nacional de Formação e Investigação em Educação ao Longo da Vida (INFREP – França) com membros em vários países europeus, incluindo Portugal. Para fomentar a abordagem orientada para a mudança na educação de adultos, o consórcio do projeto FutureLabAE publicou orientações para profissionais de educação de adultos e operadores de educação e formação, bem como recomendações para decisores políticos a nível europeu, nacional e local. Aceda aos documentos em: eaea.org/project/future-lab/?pid=16333



FORMANDOS DO CURSO EFA TÉCNICO/A DE INFORMAÇÃO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA DIVULGAM A ARTE CONTEMPORÂNEA E O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA BEIRA BAIXA

Este concurso, que decorreu online, foi organizado pelos formandos do curso de Educação e Formação de Adultos, Técnico/a de Informação e Animação Turística e teve como objetivo divulgar a arte contemporânea e o património histórico da região. Esta atividade serviu igualmente para os formandos aplicarem os conhecimentos já adquiridos, desenvolverem competências e aprofundarem aprendizagens trabalhadas durante o curso.

Na cerimónia final foram divulgadas as 7 estrelas vencedoras, tendo o 1.º lugar sido atribuído ao Mural "Colcha de Castelo Branco - Árvore da Vida" de João Robalo (obra realizada na Escola de 1.º ciclo de Escalos de Cima - Castelo Branco).

Foram também premiados: o Jardim do Paço Episcopal (Castelo Branco) com o 2.º lugar, o Parque do Barrocal (Castelo Branco) com o 3.º lugar, a Sé Catedral de Castelo Branco (Castelo Branco) com o 4.º lugar, o Castelo de Monsanto (Monsanto) e a Guardiã da Água da autoria de Yola Vale (Proença-a-Nova) com o 5.º lugar, o Altar-mor da Igreja Matriz de Oleiros (Oleiros) e a Igreja de Santo António (Castelo Branco) com o 6.º lugar e Capela da Senhora da Piedade (Castelo Branco) com o 7.º lugar.

O IEPF (EURES Portugal) uniu mais uma vez esforços com a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), a Universidade de Vigo e o EURES Transfronteiriço Galiza-Norte de Portugal, com o apoio da ELA – Autoridade Europeia para o Trabalho, para promover a **OnEJob2021 – Feira Europeia de Emprego Online para Graduados**, um evento de recrutamento e informação particularmente dirigido a jovens graduados de Portugal e Espanha.

Participaram **110 expositores virtuais** (perto de 90 empresas, das quais 35 de Portugal e 39 de Espanha), e cerca de **280 ofertas**, com **mais de 1000 oportunidades de emprego / estágio** em divulgação, numa grande diversidade de áreas profissionais:

- engenharias e tecnologias de informação
- ciências empresariais (gestão, economia, contabilidade, finanças; secretariado)
- saúde (enfermagem, nutrição, farmácia, psicologia)
- ciências exatas (matemática, física, estatística, data science)
- ciências da vida (biologia, química, biomédica)
- marketing digital, comunicação e design multimédia
- customer service e business process outsourcing (BPO)
- turismo, hotelaria e restauração
- agronomia

de entre outras.



INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS



Conferência sobre o Futuro da Europa

A Conferência sobre o Futuro da Europa constitui uma ocasião única e oportuna para os cidadãos europeus debaterem os desafios e prioridades da Europa. O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia comprometeram-se a ouvir os europeus e a dar seguimento, no âmbito das suas competências, às recomendações formuladas. Espera-se que até à primavera de 2022 a Conferência chegue a conclusões que proporcionem orientações sobre o futuro da Europa. Podem participar cidadãos europeus, oriundos de todos os quadrantes e dos quatro cantos da União, cabendo aos jovens um papel central na definição do futuro do projeto europeu. Assim como, autoridades europeias, nacionais, regionais e locais, bem como a sociedade civil e outras organizações que pretendam organizar eventos e contribuir com ideias. Para participar registe-se na plataforma da Conferência sobre o Futuro da Europa. Assim que iniciares a sessão, é altura de te juntares à discussão. Os tópicos abertos a discussão são: Alterações climáticas e ambiente; Saúde; Uma economia mais forte, justiça social e emprego; A UE no mundo; Valores e direitos, estado de direito, segurança; Transformação digital; Democracia europeia; Migração; Educação, cultura, juventude e desporto; Outras ideias. A Conferência sobre o Futuro da Europa possui várias componentes: Plataforma digital multilingue; Eventos descentralizados; Painéis de cidadãos europeus; Plenários da Conferência. Descubra mais sobre os tópicos em discussão e sobre as diferentes componentes da Conferência sobre o Futuro da Europa, aqui.

Saiba mais aqui: futureu.europa.eu/?locale=pt

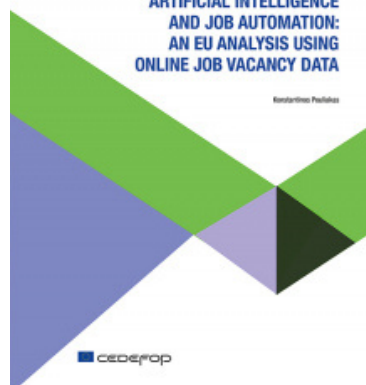
DECLARAÇÃO COMUM SOBRE A CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA DIÁLOGO COM OS CIDADÃOS PELA DEMOCRACIA

Construir uma Europa mais resiliente Há 70 anos, a Declaração Schuman lançou as bases da nossa União Europeia. Deu início a um projeto político único que trouxe paz e prosperidade e melhorou a vida de todos os cidadãos europeus. Importa agora refletirmos sobre a União, os desafios que enfrentamos e o futuro que queremos construir em conjunto, com o objetivo de reforçar a solidariedade europeia. Desde a sua criação, a União Europeia tem ultrapassado múltiplos desafios. Com a pandemia de COVID-19, o modelo ímpar da União Europeia foi posto em causa como nunca antes. A Europa pode e deve também retirar ensinamentos destas crises, envolvendo estreitamente os cidadãos e as comunidades. A União Europeia tem de demonstrar capacidade para dar resposta às preocupações e ambições dos cidadãos. A política europeia deve trazer soluções inclusivas às tarefas que temos pela frente e que marcarão toda uma geração: concretizar a transição ecológica e digital, reforçando simultaneamente a resiliência da Europa, o seu contrato social e a competitividade da indústria europeia. É essencial que combata as desigualdades e assegure que a União Europeia é uma economia justa, sustentável, inovadora, competitiva e que não deixa ninguém para trás. Para fazer face aos desafios geopolíticos que surgirão no contexto mundial pós-COVID-19, a Europa tem de ser mais assertiva, assumindo um papel de liderança a nível mundial na promoção dos seus valores e normas num mundo cada vez mais instável.

Aceda ao documento aqui: futureu.europa.eu/uploads/decidim/attachment/file/20/PT_-_DECLARAÇÃO_COMUM SOBRE A CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA.pdf

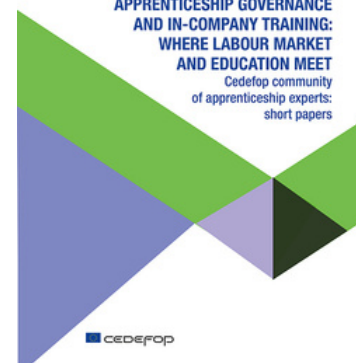
**ARTIFICIAL INTELLIGENCE
AND JOB AUTOMATION:
AN EU ANALYSIS USING
ONLINE JOB VACANCY DATA**

Konstantinos Papanikos



**APPRENTICESHIP GOVERNANCE
AND IN-COMPANY TRAINING:
WHERE LABOUR MARKET
AND EDUCATION MEET**

Cedefop community
of apprenticeship experts:
short papers



Não muito antes do surto do coronavírus, os medos em redor dos algoritmos e máquinas de inteligência artificial (IA), que podiam resultar numa sociedade sem empregos, eram generalizados. As preocupações ressurgiram à luz da crise do COVID-19, potencializando a automação. Este estudo utiliza um novo conjunto de grandes indicadores, baseado em anúncios de emprego online - Competências OVATE do Cedefop - com informações sobre as competências e atividades laborais exigidas pelos empregadores da UE. Os dados fornecem informações sobre os perfis de tarefas de ocupações detalhadas com maior risco de automação ou aquelas que dependem de tecnologias digitais alternativas (robôs, software de computador, IA). Atividades laborais associadas a maior risco de automação ocupacional e exposição de robô (por exemplo, inspeção de equipamentos, execução de atividades físicas), normalmente concentradas em trabalhos de rotina ou manuais, diferem daquelas proeminentes em ocupações com maior exposição de IA.

Consulte aqui a publicação:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/6206



O relatório anual do Cedefop 2020 descreve o trabalho e os resultados da Agência, bem como a forma como demonstrou flexibilidade, criatividade e fiabilidade, respondendo aos difíceis desafios do ano passado.

Consulte aqui o Relatório:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/4203

Esta publicação é composta por trabalhos elaborados por membros da comunidade de especialistas em aprendizagem do Cedefop, sobre estes dois temas. Para complementar o ângulo específico do país, o Cedefop desenvolveu uma análise comparativa, entre esquemas e entre países e partilhou as suas reflexões. A publicação documenta ainda o entendimento do Cedefop de que as abordagens de cada tópico podem variar significativamente entre os Estados-Membros da UE. Destaca ainda que, mesmo em casos de convergência relativa, os detalhes de como um esquema de aprendizagem é projetado e administrado podem fazer uma diferença significativa na sua relevância e qualidade, pelo menos nas perceções das partes interessadas. A formulação de políticas deve levar em consideração esses detalhes e as suas interconexões para compreender como as reformas podem ser mais bem direcionadas e mais eficazes e eficientes.

Consulte aqui a publicação:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/6203



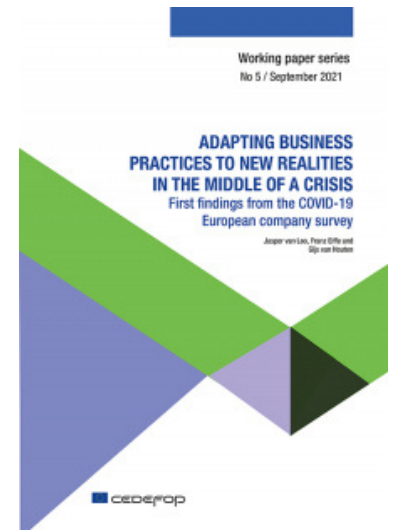
A edição de setembro de 2021 da **Skillset and match**, a revista do Cedefop que promove a aprendizagem para o trabalho, já está disponível para leitura e download. A história principal tem a ver com a forma como se pode moldar a inteligência de capacidades da próxima geração na Europa, de forma a torná-la adequada para o futuro do trabalho. Além disso, nesta edição: A Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Stella Kyriakides, fala exclusivamente sobre a importância da melhoria das competências para o setor da saúde da UE e sobre as políticas de saúde na sequência da pandemia do coronavírus; O Secretário de Estado Adjunto e da Educação de Portugal, **João Costa**, fala sobre a educação e a formação como "um importante valor partilhado" na União Europeia e o compromisso dos Estados-Membros em atingir uma taxa de inscrição anual de 60% na aprendizagem ao longo da vida até 2030; A página dos Estados-Membros apresenta "educação e formação profissional reativa e inclusiva" na Eslovénia, atual titular da Presidência da UE; E inclui ainda um artigo sobre educação e formação de adultos na Europa, que descreve as percepções dos entrevistados numa pesquisa de opinião do Cedefop.

Consulte aqui a publicação:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/9160



Com base numa pesquisa que incluiu mais de 40.000 entrevistas com pessoas com mais de 25 anos na União Europeia, Islândia e Noruega, este segundo volume de **percepções de adultos sobre a aprendizagem de adultos e a educação e formação profissional contínua (CVET)** examina os pontos de vista de diferentes grupos da população ativa adulta europeia. Isto mostra que os adultos apoiam fortemente a aprendizagem de adultos e o CVET e que têm uma firme convicção dos benefícios que eles trazem. No entanto, a participação na aprendizagem de adultos e no CVET não é determinada tanto pela imagem positiva e pela atratividade, mas pelas circunstâncias únicas que os indivíduos enfrentam nas suas vidas profissionais.

Consulte aqui o Relatório:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/3088



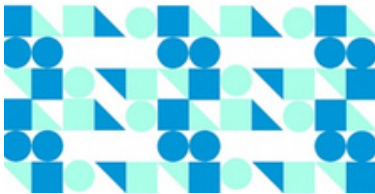
Este documento de trabalho apresenta as primeiras conclusões de um inquérito sobre o impacto do COVID-19 nas práticas laborais entre empregadores nos Estados-Membros da UE. O inquérito foi desenvolvido, organizado e colocado em prática no final de 2020 pela Eurofound e pelo Cedefop. Explora o impacto da crise da saúde nas empresas da UE-27 e esclarece como os empregadores reagiram. Além de relatar as mudanças nas principais atividades económicas, infraestrutura e organização do trabalho, o documento apresenta uma nova visão sobre como a pandemia afetou os empregos e as necessidades de qualificação e como os empregadores reagiram a essas mudanças.

Consulte aqui a publicação:
www.cedefop.europa.eu/en/publications/6205

Research paper

Skill development in the platform economy

Comparing microwork and online freelancing



BRIEFING NOTE

SHIFTING OUR PERSPECTIVE ON LEARNING

Why we need to focus on the interplay between jobs, work and learning in the COVID-19 world

As the world looks for a transition to a post-pandemic reality, changes are underway in many European countries. How will these changes shape work organisations, the relationship between employers and workers, and companies' working and learning arrangements in the future?

COVID-19 and social distancing have entered into the educational arena through digital or the fourth industrial revolution (4). And while meeting skill needs has been an employment and policy-makers' agenda for long, investing in people is more comprehensive way to increasing their wages, as European researchers are picking up speed. It's time for talent to open.

CHANGES ON THE RADAR

Techniques learning have emerged out of the overall effort to equip Europeans with the skills they need in the coming years. Individuals in the workplace are seeking and creating education, training and learning opportunities to address new evidence on work and an skills transfer at the workplace, based on evidence from countries like the Netherlands.

In their fourth European company survey, conducted in 2019 and published in 2020, the two agencies examined how smaller job-employees workplace practices, including skill development, can foster worker evaluation, autonomy and well-being, and corporate innovation. They looked further the skills acquisition and its immediate impact on worker performance.

A follow-up survey, fielded in November 2020, looked at how businesses in Europe were coping with, and responding to, the health crisis. Taken together, the results of the two comparative studies of workers changes in education, work organisation, and European employers' changing approaches to learning.

Key messages

- 1. The COVID-19 crisis has led to a shift in the focus of learning, with more emphasis on skills needed to manage business and service needs.
- 2. The COVID-19 crisis has led to a shift in the focus of learning, with more emphasis on skills needed to manage business and service needs.

Key messages

- 1. The COVID-19 crisis has led to a shift in the focus of learning, with more emphasis on skills needed to manage business and service needs.
- 2. The COVID-19 crisis has led to a shift in the focus of learning, with more emphasis on skills needed to manage business and service needs.



Enablers and disablers of cross-border long-term apprentice mobility
Evidence from country- and project-level investigations

A mobilidade transfronteiriça de longo prazo de aprendizes (CBLTMA) é entendida como o período que um aprendiz passa no exterior em formação, por um período mínimo de seis meses, e normalmente até 12 meses. É mais difícil de organizar do que a mobilidade no EFP em meio escolar e no ensino superior, em grande parte devido à natureza da relação entre o aprendiz e as empresas de formação; este último deve estar disposto a permitir que o aprendiz faça parte da sua formação no exterior. Ao considerar as especificidades dos estágios, esta publicação apresenta considerações sobre os fatores facilitadores e incapacitantes do CBLTAM e mostra o que seria necessário considerar para fazer o CBLTAM funcionar a médio e longo prazo.

Este artigo faz parte do projeto Comparing VET qualifications do Cedefop, que visa desenvolver métodos robustos para analisar e comparar o conteúdo e o perfil das qualificações. Centrando-se no diálogo (ciclo de feedback) entre o EFP e as partes interessadas do mercado de trabalho, o documento analisa as metodologias existentes nesta área e descreve como as desenvolver ainda mais.

Consulte aqui a publicação: www.cedefop.europa.eu/en/publications/5582

Consulte aqui o Relatório: www.cedefop.europa.eu/en/publications/9159

Consulte aqui a publicação: www.cedefop.europa.eu/en/publications/3089

A new economic model

The EU Semester 2022 is an opportunity for the EU to move toward a practice that looks beyond the GDP and adopt a development model that is conducive to a just transition for environmental and social sustainability. The sustainability approach should be driven by a reinforced commitment to promote sustainable growth, full employment and decent work. The European Social Partners introduced a set of indicators that complement the GDP for a sustainable well-being.

It means that the Semester will finally engage the EU and all member states in implementing the **EPSS Action Plan** adopted in Porto and to achieve the Porto headline targets on employment, education and training, and poverty. Social imbalances, which are also detected in view of the aggregated social indicators, should be addressed and resolved bringing about upward convergence of working and living conditions of people.

Quality jobs should be at the heart of the recovery strategy of the EU. The European Pillar of Social Rights (EPSR) and the UN Sustainable Development Goals (SDGs) should be the compass for EU policy making. The full implementation of the RRF and public incentives to support employment must be conditioned to the creation of well remunerated jobs, the respect of labour rights and health of workers, and the observation of the social and fiscal obligations of employers, including the right to collective bargaining.

All investments covered by the RRF should be financed under the condition that leads to a job creation and provide shelter to workers that are experiencing job transitions. We need an EU vision that allocates investments in workers that are strategic for the EU economy, achieves all SDGs and improves the position of women and youth in the labour market.

Social dialogue and collective bargaining are crucial to ensure equality, social cohesion, social mobility and sustainable growth. This is particularly urgent in this historical moment, when a larger part of the aggregate income and wealth (as consequence of the pandemic and the green and digital transformation) is transferred with uncertain redistribution effects, which may penalise groups and workers who risk to be underrepresented in absence of well-balanced industrial relations.

As the national recovery and resilient plans (NRRPs) set a detailed roadmap for investments and reforms, it is urgent that the new **AGDS** sets rules to align the NRRPs to the **EPSS Action Plan**. In particular, specific implementation of the Recommendation on **Effective Active Support to Employment (EASE)**, in close cooperation with social partners. In this regard, well-equipped public employment services are needed to implement active labour market policies and to ensure the outreach strategies identified to underpin the digital and green transition. PES also play a key role in the integration of the most vulnerable groups of society in the labour market.

Resposta da CES à segunda fase dos parceiros sociais ao abrigo do artigo 154.º do TFUE sobre possíveis ações abordando os desafios relacionados às condições de trabalho no trabalho de plataforma

A CES exorta a Comissão a propor uma diretiva ambiciosa com base no artigo 153 (2) TFUE, que prevê uma presunção ilidível de relação de trabalho onde o ónus da prova deve ser suportado pela empresa de plataforma e que deve respeitar as tradições e práticas nacionais e a autonomia das parceiras.

A CES opõe-se veementemente à criação de uma terceira categoria diferenciando entre trabalhadores assalariados e independentes. O âmbito da proposta deve abranger todos os trabalhadores, incluindo trabalhadores não padronizados, pelo menos aqueles que trabalham em empresas de plataforma, bem como plataformas digitais que operam na UE.

As empresas de plataforma devem cumprir as suas obrigações laborais, de proteção social e fiscais enquanto empregadores, nomeadamente os acordos setoriais negociados em sede de negociação coletiva pelos parceiros sociais. Além disso, as empresas de plataforma devem-se enquadrar nas mesmas regras que outras empresas em situações transfronteiriças.

O papel dos sindicatos e da negociação coletiva é fundamental quando se trata de organizar o trabalho em plataformas e defender os direitos e interesses dos seus trabalhadores. A UE deve encorajar os Estados-Membros e os parceiros sociais a estimular o diálogo social no trabalho de plataforma e para apoiar a capacitação neste contexto.

No que diz respeito aos novos direitos relacionados à gestão algorítmica, negociação coletiva entre os parceiros sociais desempenha um papel fundamental na conceção e implementação regulamentação relativa ao controlo democrático e transparência do algoritmo, e a proteção dos dados dos trabalhadores.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.etuc.org/sites/default/files/document/file/2021-09/EN%20ETUC%20reply%20to%20the%202nd%20phase%20consultation%20of%20social%20partners%20on%20possible%20action%20addressing%20the%20challenges%20related%20to%20working%20conditions%20in%20platform%20work.pdf>

Resolução da CES para a Recuperação e o Progresso Social 2022

Um novo modelo económico: O Semestre UE 2022 é uma oportunidade para a UE avançar em direção a uma prática que vai além do PIB e da adoção de um modelo de desenvolvimento que conduza a uma transição justa para a sustentabilidade ambiental e social. A agenda da sustentabilidade deve ser impulsionada por um compromisso reforçado de promoção do crescimento sustentável, do pleno emprego e do trabalho digno. Os Parceiros Sociais Europeus introduziram um conjunto de indicadores que complementam o PIB para um bem-estar sustentável. Significa que o Semestre irá finalmente envolver a UE e todos os Estados-Membros na implementação do Plano de Ação adotado no Porto e no cumprimento dos grandes objetivos em matéria de emprego, educação e formação e pobreza. Os desequilíbrios sociais, que também são detetados com base no quadro de avaliação social atualizado, devem ser tratados e resolvidos, trazendo uma convergência ascendente das condições de trabalho e de vida das pessoas. O emprego de qualidade deve estar no cerne da estratégia de recuperação da UE. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) devem ser a bússola para a formulação das políticas da UE. A plena implementação do PRR e dos incentivos públicos de apoio ao emprego devem estar condicionados à criação de empregos bem remunerados, ao respeito pelos direitos laborais e da saúde dos trabalhadores e à observação das obrigações sociais e fiscais dos empregadores, incluindo o direito à negociação coletiva.

Aceda ao documento aqui:

<https://www.etuc.org/sites/default/files/document/file/2021-10/ETUC%20resolution%20for%20Recovery%20and%20Social%20Progress%202022.pdf>

Carta aberta à Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, para uma iniciativa legislativa europeia ambiciosa sobre a melhoria das condições de trabalho nas plataformas

Os trabalhadores das plataformas digitais muitas vezes não ganham nem mesmo o salário mínimo, não são cobertos por acordos coletivos, nem têm férias remuneradas, estando expostos a riscos de saúde e segurança, não tendo direito a licença médica remunerada ou a qualquer proteção social. As horas de trabalho são frequentemente longas e, em algumas plataformas, existe uma disparidade salarial significativa entre homens e mulheres, sendo ainda tolerados ou reforçados outros tipos de discriminação, por enviesamento algorítmico. Essas empresas atraem grupos vulneráveis que são obrigados a aceitar uma remuneração baixa, caso contrário, outra pessoa o fará. As plataformas digitais de trabalho só são sustentáveis se oferecerem empregos de qualidade e respeitarem os direitos laborais. Muito poucas plataformas operam apenas com trabalhadores independentes genuínos. Portanto, precisamos de regras que garantam que as plataformas digitais de trabalho não possam explorar as lacunas da lei para obter grandes lucros por meio de uma falsa atividade independente dos seus trabalhadores, a fim de evitar obrigações setoriais de remuneração e condições de trabalho e de segurança social adequadas. Essa prática não é injusta apenas para os trabalhadores, mas também para a grande maioria das empresas que seguem as regras e para a sociedade como um todo. Entrega de comida, serviços de táxi e trabalho doméstico são apenas a ponta do iceberg: as plataformas digitais de trabalho estão a expandir-se para outros setores: comércio, engenharia, cuidados e enfermagem, construção e serviços.



Também vemos a chamada "plataforma" noutros setores, onde práticas como a divisão de empregos em tarefas e extrema flexibilização estão a ganhar terreno. Esta é mais uma razão para a necessidade de legislação europeia. O Parlamento Europeu, os Estados-Membros, os sindicatos e as organizações de toda a Europa afirmam claramente que não há espaço nem necessidade para a criação de um terceiro estatuto entre trabalhador assalariado e independente, pois deixaria o trabalhador sem proteção adequada ou sem autonomia.

A próxima diretiva deve corresponder a esta abordagem. O ponto de partida das medidas legais e políticas deve ser que toda a plataforma digital de trabalho é ou pode-se tornar um empregador. A Comissão Europeia deve estabelecer uma presunção de relação de trabalho que defina a condição de trabalhador como ponto de partida. O ónus da prova deve ser transferido do trabalhador para a empresa da plataforma. Vale a pena mencionar experiências anteriores em países europeus onde foram dados passos neste sentido. Isso significa que os trabalhadores de empresas de plataforma são, em princípio, funcionários, a menos que as empresas de plataforma possam provar que existe trabalho independente. Isso mudaria da situação atual de uma presunção de trabalho independente em que os trabalhadores da plataforma são deliberadamente e de forma errónea classificados como independentes e têm que provar que têm uma relação de trabalho. Uma nota de cautela para evitar possíveis mal-entendidos: Uma presunção refutável de relação de trabalho não significa que todos os trabalhadores serão considerados empregados. O modelo de negócios das empresas de plataforma que operam com trabalhadores independentes genuínos não será afetado, desde que possam provar que não existe relação de dependência.

Saiba mais aqui:

<https://www.etuc.org/en/document/open-letter-president-european-commission-ursula-von-der-leyen-ambitious-european>

LEGISLAÇÃO

Novos modelos de diplomas e de certificados - Portaria n.º 194/2021- Diário da República n.º 182/2021, Série I de 2021-09-17

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário

www.anqep.gov.pt/np4/705.html

Rede de ofertas profissionalizantes 2021/2022

Circular n.º 1/ANQEP/2021 relativa ao processo planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes para o ano letivo 2021-2022

www.anqep.gov.pt/np4/705.html

Despacho n.º 10085/2021 de 18 de outubro

Foi aprovado a dia 18 de outubro, o Despacho n.º 10085/2021, que autoriza a realização de projetos-piloto de partilha de turmas, no âmbito do ensino profissional, nos estabelecimentos de ensino de nível não superior, em regime de experiência pedagógica. Este projeto educativo inovador já está a ser testado na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), onde alunos do ensino profissional já se encontram a ter aulas partilhadas em escolas de diferentes concelhos. Esta iniciativa promove a diversificação da oferta educativa e formativa nos territórios de baixa densidade populacional de cada região. O acompanhamento, a monitorização e a avaliação dos projetos-piloto a que se refere o n.º 1 deste despacho, é assegurado por uma equipa que integra elementos da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), da ANQEP e de outras entidades locais e regionais com competências no planeamento e concertação da rede educativa e de formação profissional.

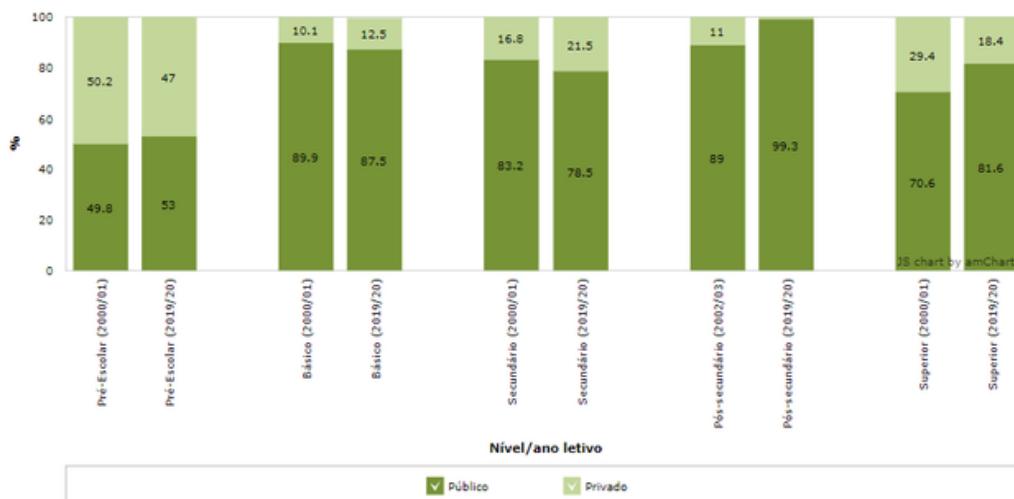
https://anqep.gov.pt/np4/?newsId=724&fileName=Despacho_n._10085_2021_de_18_outubro.pdf



DADOS ESTATÍSTICOS

1.4. Distribuição das crianças e dos alunos matriculados/inscritos, por natureza do estabelecimento de ensino e nível de ensino, em Portugal (2000/01; 2019/20)

Natureza		Público	Privado
Nível e ano letivo			
Educação pré-escolar	2000/01	49,8	50,2
	2019/20	53,0	47,0
Ensino básico	2000/01	89,9	10,1
	2019/20	87,5	12,5
Ensino secundário	2000/01	83,2	16,8
	2019/20	78,5	21,5
Ensino pós-secundário não superior	2002/03	89,0	11,0
	2019/20	99,3	0,7
Ensino superior	2000/01	70,6	29,4
	2019/20	81,6	18,4

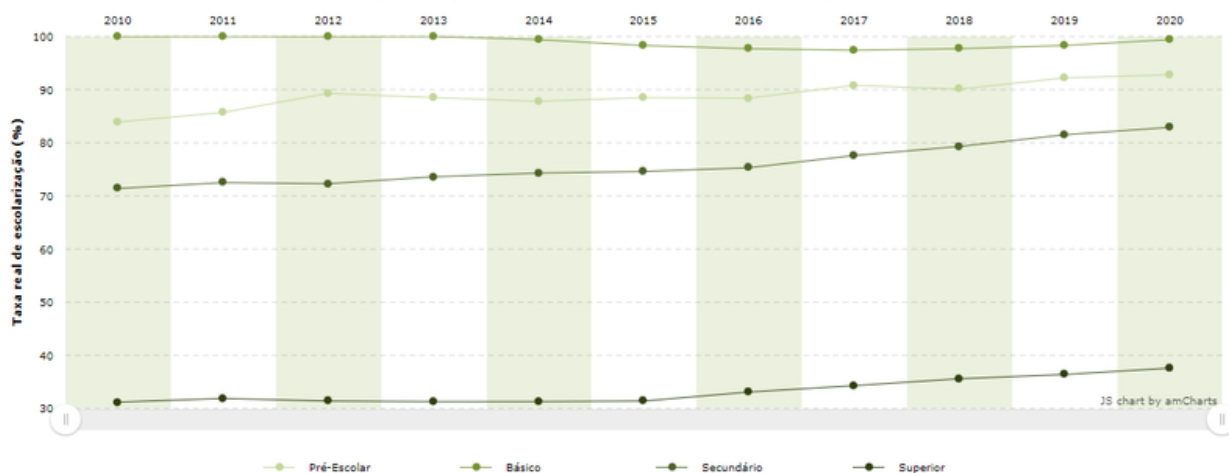


Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

1.5. Taxa real de escolarização, por nível de ensino, em Portugal (2009/10 a 2019/20)

Ano letivo	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Educação pré-escolar	83,9	85,7	89,3	88,5	87,8	88,5	88,4	90,8	90,1	92,2	92,8
Ensino básico	100,0	100,0	100,0	100,0	99,4	98,3	97,7	97,4	97,7	98,3	99,4
Ensino secundário	71,4	72,5	72,3	73,6	74,3	74,6	75,3	77,6	79,3	81,5	82,9
Ensino superior	31,2	31,9	31,4	31,3	31,3	31,4	33,1	34,3	35,6	36,4	37,6

Nota: Para consultar a série completa (desde 2000/01), aceda aos ficheiros xls e .ods disponíveis no canto superior direito desta página.



Fonte: DGEEC - Dados atualizados em setembro de 2021

Os dados mostram que entre 2019 e 2020 os números têm vindo a crescer, de maneira geral, em todos os níveis de ensino. Podemos afirmar que temos já níveis bastante elevados de escolarização no ensino básico e até mesmo no ensino secundário. Seria desejável que os níveis aumentassem nos próximos anos na escolarização do nível pré-escolar, extremamente importante para o sucesso das crianças no nível básico, e obviamente também no nível superior, com números de escolarização ainda modestos.

Por outro lado, percebemos também que o ensino público continua a constituir a escolha principal dos encarregados de educação para os seus educandos, à exceção do ensino pré-escolar, onde infelizmente continua a existir escassez de oferta de infraestruturas públicas.